



Sociedade Instituições relatam outro tipo de procura

Peso dos custos com habitação leva a aumento de pedidos de apoio por parte das famílias

Imigrantes, sem-abrigo e famílias fragilizadas estão entre os que fazem mais pedidos. Cáritas admite rever programas face a novo tipo solicitações

Patrícia Carvalho

O balanço anual da Cruz Vermelha, sobre os apoios sociais que a instituição presta, apontam para um novo crescimento, embora a um ritmo mais lento do que no ano anterior. Se em 2023 se falava de um aumento dos pedidos de apoio na ordem dos 73%, em 2024, o crescimento foi de 53%, uma percentagem que subia para 62% se fosse apenas considerado o auxílio em áreas como a alimentação, habitação, saúde e educação.

António Saraiva, presidente da Cruz Vermelha, admite que o aumento é inferior ao do ano anterior, “mas não deixa de ser um aumento de 62% [nas áreas referidas]”, salienta, traçando o perfil de quem bateu de novo à porta de instituições como esta. “A população migrante veio aumentar o número de pedidos de ajuda, é uma das variáveis do aumento. Mas ele vem também do número crescente de sem-abrigo [mais de 13 mil em 2023] e de camadas da população que já estavam em situação difícil e que esta situação que a economia tem sofrido, com o aumento da inflação e das taxas de juro, veio colocar gente que já estava no limite na linha vermelha. Falamos, por isso, de sem-abrigo, de imigrantes desprotegidos e de famílias já anteriormente fragilizadas”, sintetiza.

Uma avaliação que é comum a outras instituições de apoio, mas que a presidente do Banco Alimentar contra a Fome, Isabel Jonet, diz que é falsa, insistindo que é “mentira” que os pedidos de auxílio estejam a aumentar. “No nosso caso não houve, nem de ninguém. As instituições queixam-se sempre”, atira. “No tem-

po da covid recebíamos 350 pedidos por dia, hoje em dia temos 25. Não houve aumento, mas também não houve diminuição, e isso é que é preocupante. O que verificámos no ano passado foi que tivemos mais famílias mais novas, que não era costume recorrerem a este auxílio, e isso aconteceu porque o peso da habitação cresceu muito. A habitação representa, em alguns casos, 60% das despesas do agregado familiar”, diz. E é este peso, associado à “precariedade” laboral que, no seu entender, impede a situação de melhorar.

O presidente da Cruz Vermelha admite que em termos de apoio prestado pelo Banco Alimentar “os números se possam manter”, uma vez que, afirma, “há muitas outras entidades a prestar este tipo de auxílio, o que pode fazer com que [o banco] não note este aumento”. Mas insiste que não é essa a realidade vivida pela Cruz Vermelha, dando o exemplo do programa de apoio Mais Feliz, que chega a 950 famílias carenciadas, ou o Cartão Dá, que permite o acesso a bens alimentares, e chega a mais de 10 mil pessoas, 1800 das quais são novos beneficiários entrados em 2024.

Novos desafios

Números que levam a instituição a querer “mudar o foco da ajuda prestada”, diz António Saraiva. “O que estamos a sentir, mais do que a falta de bens alimentares, é a necessidade de promover a dignidade e, nesse sentido, queremos focar-nos constantemente em dar às pessoas habilitações, competências para refazerem as suas vidas. É essa a nossa mensagem para este ano”, diz.

A realidade reportada pela Cruz



Fosso entre mulheres e homens no risco de pobreza aprofundou-se

O género importa quando se olha para o risco de pobreza em Portugal e, nos últimos anos, importa ainda mais, já que o fosso entre mulheres e homens, com desvantagem para as primeiras, se aprofundou. E tudo piora se estivermos perante uma mulher idosa. As conclusões constam do estudo Tendências Recentes da Pobreza e da Privação em Portugal: O Agravamento na População Idosa e nas Mulheres, realizado pelo Observatório das Desigualdades, do CIES-Iscte.

O trabalho, coordenado por Inês Tavares e Renato Miguel do Carmo, olha para os dados do Inquérito às Condições de Vida e Rendimento (Icor), que o Instituto Nacional de Estatística revelou em Dezembro. Por isso, os valores que lá estão e que indicam, por exemplo, que o

risco de pobreza diminuiu ligeiramente em 2023, para 16,6% da população residente no país, não são novos. O que o Observatório salienta é a forma como esses dados demonstram que o fosso entre mulheres e homens se agravou.

“O fosso do risco de pobreza entre homens e mulheres” — lê-se no documento — aumentou de 0,9 pontos percentuais em 2021 para 1,5 pontos percentuais em 2022 e para 2,2 pontos percentuais em 2023. “Deste modo, 2023 é o ano em que o fosso é mais elevado no período contemplado, tendo 2021 sido o ano em que esse hiato foi menor, o que revela um afastamento a ser sublinhado. De facto, as mulheres não só mantêm uma vulnerabilidade perante a pobreza maior que os homens, como esse hiato foi aprofundado

no último ano”, conclui-se.

Para este aprofundamento contribuirá em grande parte a realidade das mulheres com 65 anos ou mais. O agravamento da situação de pobreza dos idosos em geral foi um dos poucos dados negativos revelados pelo Icor, com a taxa do risco de pobreza a aumentar 4,4 pontos percentuais nesta faixa etária, atingindo o “valor mais elevado desde 2017 em qualquer grupo etário”. E é também neste grupo que se encontram as “maiores discrepâncias entre sexos”, refere-se no estudo, com a indicação de que “as mulheres apresentam valores geralmente pelo menos quatro pontos percentuais acima dos homens”. As carreiras contributivas mais curtas e intermitentes ainda muito presentes nas mulheres mais velhas, resultantes da

ID: 115108200

15-01-2025



RUI GAUDÊNCIO

Vai-nos aparecendo à medida que vão aparecendo situações de crise em vários territórios e, por isso, não há nada que possamos antecipar”, diz.

Até porque, acrescenta, os problemas desta população não são iguais em todo o país. “Depende muito da situação e dos territórios. Há alguns em que os problemas têm mais que ver com a inserção, o alojamento, o emprego e há muitos problemas relacionados com a língua. Temos um grande conjunto de pessoas que não estão protegidas por nada”, alerta.

Toda esta heterogeneidade está a levar a instituição a pensar em alternativas ao apoio que já presta. “Estamos com a preocupação de rever alguns programas que temos, porque este é um mundo diferente e as necessidades das pessoas também. Há sempre, da nossa parte, a preocupação em ir tentando responder aos novos desafios e não manter os apoios prestados em piloto automático”, diz.

No Porto, no Centro Porta Amiga da AMI – Assistência Médica Internacional, a situação não é muito diferente. Depois de, já em Novembro, ter apontado para uma tendência de subida nos pedidos de apoio alimentar fornecido pela instituição, a sua directora, Jéssica Silva, garante que a situação não se alterou. “Ainda não temos os dados estatísticos de 2024, mas a apreciação mais qualitativa que posso fazer é que temos sentido, sem dúvida, um aumento dos pedidos de ajuda. Algo que se verificou ao longo de todo o ano, constantemente e cada vez mais. E não só focado no apoio alimentar, que representa uma fatia considerável do que fazemos, mas nos apoios mais básicos, nos nossos balneários, lavanderia e rouparia sociais”, diz.

É sobretudo aqui que a necessidade de auxílio por parte de cidadãos estrangeiros se tem feito notar mais. “A maior parte dos pedidos para cabazes alimentares é de famílias portuguesas, mas no acesso a estes serviços mais básicos, se tivesse de arriscar, diria que metade dos pedidos são feitos por pessoas que não são de nacionalidade portuguesa, muitas delas em situações dramáticas”, explica a directora do Centro Porta Amigo do Porto.

A nível alimentar, o centro distribui cabazes, através do Programa Pessoas 2030 – Privação Material, tem um restaurante social, que serve cerca de 200 refeições por dia, e fornece ainda cabazes pontuais, conseguidos graças a donativos e que são entregues, sobretudo, a pessoas que se encontram em lista de espera para os cabazes regulares. “Ao dia de hoje temos 300 pessoas em lista de espera, 150 agregados familiares”, diz Jéssica Silva. Este programa, que conta com financiamento europeu, está em fase de mudança, prevendo-se que parte do apoio passe a ser atribuída através de cartões sociais electrónicos, o que deverá arrancar, enquanto projecto-piloto, ainda este mês.

Nova medida

Entrega de cartões sociais avança este mês como projecto-piloto

Patrícia Carvalho

Os primeiros cartões sociais electrónicos, que deverão substituir em alguns casos os cabazes de alimentos entregues a famílias carenciadas graças ao Programa Pessoas – Privação Material, vão começar a ser distribuídos ainda neste mês, sob a forma de projecto-piloto, em Setúbal, Alcácer do Sal e Grândola, Sines e Santiago do Cacém. Serão abrangidas cerca de 400 famílias, num total de 886 pessoas.

Vítima de inúmeros atrasos ao longo de anos, o cartão social electrónico chegou a estar prometido para o último trimestre de 2024, mas a sua distribuição teve de ser de novo adiada. Em falta estava a formalização dos contratos com as entidades que irão gerir a distribuição dos cartões e coordenar a sua operacionalização, nos 135 territórios identificados em Portugal continental.

O aviso que irá permitir o financiamento para essas funcionalidades foi publicado a 29 de Novembro e o convite foi enviado a 135 entidades coordenadoras para que formalizassem a candidatura, mas o prazo para que esse processo decorresse, inicialmente previsto entre 2 de Dezembro e 14 de Janeiro, teve de ser prorrogado por mais um mês, até 14 de Fevereiro.

O Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social (MTSSS) explica que essa prorrogação se justifica pelas “dificuldades inerentes e aspectos formais e documentais das próprias entidades, aliados à época do ano, e aspectos da própria aplicação de suporte”.

Contudo, a mesma fonte indica ainda que, no caso dos territórios aci-

ma identificados, “as candidaturas das entidades coordenadoras foram já aprovadas [e foram] celebrados os termos de aceitação em Dezembro de 2024, o que permitiu operacionalizar o projecto-piloto”.

Estas cerca de 400 famílias serão, assim, as primeiras, de um total a rondar as 45 mil, que deverão poder aceder ao apoio alimentar daquele programa financiado por fundos europeus, recorrendo ao cartão social electrónico, em vez de ao cabaz alimentar, que, actualmente, chega a 120 mil famílias, com o potencial de ser alargado a 132 mil, já que está prevista uma majoração de 10%. Os custos associados ao cartão, até 2030, rondam os 48,6 milhões euros.

O cartão poderá ser utilizado em cerca de 600 espaços comerciais (hipermercados ou lojas mais pequenas) para adquirir “géneros alimentares e outros bens de primeira necessidade”, ficando excluídos alguns produtos, como bebidas alcoólicas, já que a pretensão do Governo é que exista uma “compatibilização dos princípios da dieta equilibrada e da autonomia e capacidade de livre escolha dos destinatários”.

Tidos como um meio que permite combater o estigma associado à necessidade de beneficiar de ajuda alimentar, os cartões sociais electrónicos serão carregados mensalmente com o valor do apoio concedido, que corresponderá a 50,95 euros para o responsável do agregado familiar, acrescido de 70% desse valor (35,67 euros) por cada outro elemento do agregado, independentemente de ser maior ou menor de idade.

A escolha de quem beneficiará deste apoio será feita pelos técnicos de acção social de entidades públicas ou parceiras do programa, sendo o conceito de carência económica exigido para beneficiar deste apoio, “avaliado a cada momento”.

Este instrumento é gerido pela Ticket Restaurante Portugal, que venceu o concurso para emitir, gerir, carregar e fazer o reporte financeiro dos cartões electrónicos. Já a distribuição e coordenação do bom funcionamento do uso dos cartões será feita pelas entidades gestoras, cujas candidaturas estão a decorrer.

Não se sabe ainda quando serão distribuídos os restantes cartões, sendo certo que o que estava previsto é que numa primeira fase apenas metade dos estabelecimentos comerciais onde ele poderá ser utilizado estarão aptos a recebê-los.



Cartão dá acesso a compras

Cruz Vermelha teve mais 62% de pedidos de ajuda para comida, habitação e saúde

precariedade e de informalidade laboral, entre outros factores, são as razões apontadas pelos autores como as mais prováveis para que seja “na população mais envelhecida que se intensificam em maior grau as desigualdades de género”.

Esta desigualdade é visível também quando se olha para a taxa de privação material e social, relativa já ao ano de 2024. A taxa é medida perante a capacidade de as pessoas conseguirem ou não responder a 13 necessidades sociais e económicas apontadas.

Enquanto essa taxa foi, em termos globais, de 11% no país, ela sobe para 12,4% quando se olha apenas para as mulheres, ficando nos 9,5% para os homens. E, no caso das mulheres com 65 anos ou mais, a taxa atinge mesmo os 15,5%.

Vermelha é a que também é sentida por outras entidades que se encontram no terreno a disponibilizar apoio a quem dele mais necessita. E que, como diz Rita Valadas, presidente da Cáritas Portuguesa, está marcada por novos desafios. “O que temos sentido é que há situações que vinham da pandemia e que estão mais estabilizadas, mas que a situação dos estrangeiros está pior”, diz.

Ainda sem números oficiais para o ano de 2024 (no site da instituição estão disponíveis os dados de 2023, com a indicação de que foram fornecidos 1695 vales alimentares para bens essenciais e 885 apoios urgentes), Rita Valadas diz que há um novo desafio trazido pelo aumento de cidadãos estrangeiros a viver em Portugal, que necessitam de apoio. “Estamos mais preocupados porque são realidades de conhecimento sucessivo, não é algo que já tenhamos definido.

Custos com habitação fazem aumentar pedidos de apoio a instituições

Imigrantes, sem-abrigo e famílias fragilizadas estão entre os que mais contribuíram para a subida dos pedidos de ajuda. Entrega de cartões sociais avança este mês como projecto-piloto *Sociedade*, 14/15